



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE FILOSOFIA**

LUIZ HENRIQUE GEMAQUE CUIMAR

**A NEUROFILOSOFIA DE JOSHUA GREENE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A
ORIGEM DA MORALIDADE E A NATUREZA DAS TOMADAS DE
DECISÕES MORAIS**

**BELÉM
2025**

LUIZ HENRIQUE GEMAQUE CUIMAR

**A NEUROFILSOFIA DE JOSHUA GREENE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A
ORIGEM DA MORALIDADE E A NATUREZA DAS TOMADAS DE
DECISÕES MORAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Filosofia, vinculada ao Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Federal do Pará, como requisito final para
obtenção do grau de Bacharel em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Roberto de Almeida Pereira
de Barros

**BELÉM
2025**

LUIZ HENRIQUE GEMAQUE CUIMAR

**A NEUROFILOSOFIA EM JOSHUA GREENE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A
ORIGEM DA MORALIDADE E A NATUREZA DAS TOMADAS DE
DECISÕES MORAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentador à
Faculdade de Filosofia do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Federal do
Pará (UFPA), como requisito para obtenção de
título de Bacharel em Filosofia.

Data de aprovação: ____/____/____

Conceito:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Roberto de Almeida Pereira de Barros
(Orientador)
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Damião Bezerra Oliveira
(Membro)
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Hailton Felipe Guiomarino
(Membro)
Universidade Federal do Pará

À minha avó paterna, Orlandina
Guimarães Cuimar (in memoriam),
dedico este trabalho com gratidão e
saúde. Suas aulas foram meus
primeiros encontros com o conhecimento
e o cuidado.

AGRADECIMENTOS

É impossível expressar toda a minha felicidade e mencionar o quanto sou grato a todos que contribuíram, de alguma forma, durante essa jornada. Se eu fosse fazer isso, o texto se estenderia demais, mas, desde já, agradeço a todos que estiveram próximos e me ensinaram algo — tanto na jornada acadêmica da graduação quanto na jornada da vida. Afinal, tudo, com o tempo, pode se tornar um ensinamento.

Agradeço enormemente aos meus pais, Ediomar e Susana, grandes marajoaras que, mesmo em meio a muitas dificuldades, conseguiram, com força e determinação, não deixar que me faltasse nada em toda a minha experiência de vida e trajetória acadêmica. Sempre foram exemplos de perseverança e dedicação. Agradeço também à Suelem, que, além de irmã, é minha grande parceira em meus momentos de fragilidade.

Sou grato às minhas grandes amigas: à Thifany, por esses anos de amizade acolhedora e verdadeira, por ser, desde sempre, esse apoio emocional. Obrigado por tudo, Thif. Ao meu grande amigo Silva Alves, pela parceria e por tornar mais leve esse período da graduação — o senhor é minha referência como escritor. Obrigado pelas conversas e pelos valiosos insights que tivemos em nossos intensos diálogos. Agradeço ainda ao meu grande amigo Pablo, que, mesmo distante, em outro estado, manteve-se presente em minha vida. És minha referência como artista, e sua amizade foi fundamental nesse processo.

Agradeço aos servidores da Editora da Universidade Federal do Pará, em especial à Amanda, que, além da amizade construída, foi minha instrutora durante o período em que estagiei na Editora. Ao Fernando, que foi um coordenador paciente e amigo nessa fase. Aos colegas estagiários, que tornaram o trabalho mais leve com sua amizade.

Sou muito grato ao meu orientador de TCC, Prof. Dr. Roberto Barros, que esteve presente durante dois anos de pesquisa no PIVIC e que me apresentou uma área promissora dentro das pesquisas filosóficas. Obrigado pelo incentivo e apoio.

Por fim, agradeço imensamente aos membros do grupo de pesquisa Filosofia Contemporânea, em especial a Felipe, Diego e Igor, que foram essenciais na minha formação e me deram grandes contribuições e ensinamentos para a minha pesquisa.

Cada contribuição foi essencial e ficará registrada com apreço nesta trajetória.

RESUMO

A proposta deste trabalho é expor algumas considerações presentes na neurofilosofia do neurocientista e filósofo, Joshua Greene. Pesquisas nesses campos visam elucidar questões pertinentes do campo ético e moral à luz de estudos neurocientíficos e das ciências cognitivas. Neste trabalho, será discutido como as descobertas emergentes das ciências do cérebro impactam as bases tradicionais do pensamento filosófico moral e ético. Greene argumenta a existência de um modelo dual nas tomadas de decisões em experimentos com indivíduos submetidos a dilemas morais e analisados por meio de neuroimagem. Dessa maneira, o filósofo argumenta que existe um processo cognitivo (manual e flexível) e outro emotivo (automático e intuitivo) que difere na produção de juízos morais. Além disso, são destacadas as implicações filosóficas e éticas dessa abordagem, questionando conceitos tradicionais em moral e ética. Este artigo apresenta um breve panorama sobre a interação entre mente, cérebro, ética e moral, desafiando noções estabelecidas e promovendo uma reflexão mais ampla sobre a natureza do comportamento humano.

Palavras – chaves: Emoção; Moralidade; Normatividade

ABSTRACT

The purpose of this paper is to present some considerations present in the neurophilosophy of neuroscientist and philosopher Joshua Greene. Research in these fields aims to elucidate pertinent questions in the ethical and moral field in light of neuroscientific studies and cognitive sciences. This paper will discuss how emerging discoveries in brain sciences impact the traditional bases of moral and ethical philosophical thought. Greene argues for the existence of a dual model in decision-making in experiments with individuals subjected to moral dilemmas and analyzed through neuroimaging. In this way, the philosopher argues that there is a cognitive process (manual and flexible) and an emotional process (automatic and intuitive) that differ in the production of moral judgments. In addition, the philosophical and ethical implications of this approach are highlighted, questioning traditional concepts in morality and ethics. This article presents a brief overview of the interaction between mind, brain, ethics and morality, challenging established notions and promoting a broader reflection on the nature of human behavior.

Key – words: Emotions; Morality; Normativity

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	09
2 METODOLOGIA.....	11
3 SOBRE A ORIGEM DA MORALIDADE.....	12
4 O FUNDAMENTO EMOCIONAL DAS INTUIÇÕES MORAIS.....	15
5 MORAL, ÉTICA E AUTOINTERESSE.....	20
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
7 REFERÊNCIAS.....	27

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na história da filosofia, as pretensões de conseguir objetividade em pressupostos morais e éticos por meio do uso intelectual racional, foram fortemente promovidas entre diversos filósofos e linhas de pensamento, como, por exemplo, o racionalismo. O racionalismo projetou na filosofia a pretensão de estabelecer a utilidade da razão como fonte para alcançar princípios fundamentais sobre moralidade, do período Clássico até o Moderno. Dessa maneira, a presunção de que a razão produziria juízos morais e normativos com teores universalistas foi marcada pela a ideia de que ela própria (razão) pudesse unicamente realizar essa tarefa. Essa perspectiva gerou expectativas com respeito a princípios morais e éticos, pressupondo-lhes qualidades universalistas. Isso aconteceu devido à dicotomia corpo e mente¹ (dualismo) e a hipervalorização da racionalidade entendida como via de acesso à verdade e ao conhecimento.

Em contrapartida, serão expostas a partir de novas compreensões feitas pelas ciências cognitivas e neurocientíficas, como há uma interação entre corpo e mente enquanto produtos de um só processo histórico-evolutivo. Sendo assim, será abordado como a emoção (entendida aqui como causas sensoriais) e a razão (como a parte cognitiva do cérebro) não estão em pólos diferentes, como pretende a dicotomia corpo e mente, não sendo separadas, mas operando uniformemente, e como isso implica em nossas formulações morais e ético-normativas. Nesse sentido, o escopo deste trabalho consiste em analisar quais são os impactos das recentes descobertas neurocientíficas sobre o cérebro moral² e como estas novas abordagens podem nos oferecer novos aspectos de consideração acerca da moralidade e normatividade. Com isso, busca-se demonstrar que

¹ Teixeira (2000, p. 29-36) diz que foi René Descartes (1596-1650) o pioneiro na era moderna ao introduzir a ideia fundamental de uma ruptura entre mente e corpo, entre o físico e o mental. Através da sua corrente filosófica, o cartesianismo, levantou a questão da separação entre matéria e o pensamento como um dilema filosófico central. O cartesianismo apresenta e estabelece essa questão específica, fundamentando-se numa argumentação filosófica na qual Descartes postula a possibilidade de deduzir, por meio de uma cadeia lógica de raciocínio, que corpo e mente são entidades distintas, cada uma com suas próprias propriedades incompatíveis. Descartes marca o início, de um pensamento chamado de dualismo substancial, que separa a mente (*res cogitans*) do corpo (*res extensa*). Esse dualismo, talvez tenha surgido em sua filosofia como tentativa de encontrar uma certeza fundamental e inabalável, validando a razão como única capaz de alcançar definições universais.

² O termo “cérebro moral”, segundo Joshua Greene, é usado para demonstrar o aspecto dual entre reações emocionais e pensamentos cuidadosos e reflexivos nas tomadas de decisões morais. Ele afirma que possuímos um sistema rápido (automático) e emotivo, e um sistema lento (manual), relacionado à cognição (GREENE, 2018, p. 25). Esse tema é explorado com mais detalhes ao longo do texto.

alguns princípios éticos e morais que promovem a necessidade do absoluto, revela certa inclinação psicológica e prática, que difere de noções essencialistas de cunho racionalista (BARROS, 2021, p. 411). Sendo assim, as fundamentações filosóficas direcionadas à busca de um princípio “verdadeiro”, que visam determinar princípios éticos e morais neste âmbito se mostram inconciliáveis e exteriorizam predisposições biopsicológicas valorativas que promovem a preservação do indivíduo e seu grupo. Entretanto, essa argumentação é apenas descritiva e demonstra que grande parte do avanço no entendimento da ética não resulta diretamente em conclusões normativas, embora afete algumas concepções éticas com implicações normativas (SINGER, 2005, p. 349).

Com base nessa explanação, a primeira parte deste trabalho consiste em expor a metodologia que Greene utiliza em sua pesquisa filosófica sobre a moralidade e normatividade. O filósofo parte de um naturalismo biológico, o qual será mencionado no texto e também de estudos experimentais com aparelhos de observação da atividade cerebral.

Na segunda parte, discute-se a origem do comportamento moral segundo Greene, concatenando com sua metodologia e observando as características do funcionamento do cérebro e de dados que demonstram uma evolução do comportamento moral nos mecanismos cerebrais. Greene argumenta que a evolução impactou significativamente a maneira como formalizamos os nossos pressupostos morais.

Na terceira parte é exposto o funcionamento emocional (automático) e manual (flexível) da teoria greeniana. Nessa parte, é descrito, com base em dados experimentais, como algumas partes do cérebro produzem atividades que podem ser observadas através de neuroimagem. Com isso, Greene observa que algumas partes do cérebro estão ligadas a um tipo de raciocínio ascendente na história da evolução natural e a outra descendente, relacionada ao desenvolvimento do ser humano em contextos socioculturais. É com base nisso que o filósofo consegue observar o envolvimento dessas partes na produção de julgamentos morais e expõe como trabalhamos de maneira mais automática do que manual.

Na quarta parte deste trabalho, é discutida a normatividade e como os processos cerebrais nas tomadas de decisões podem influenciar percepções normativas, presumindo uma universalidade de maneira incongruente. Greene menciona que muitas das escolas morais existentes na filosofia, inferem caráter universalista em seus pressupostos, o filósofo mostra como existe uma relação emotiva e neurológica com o discurso moral e com base nos dados obtidos descritos no trabalho é possível observar um autointeresse

altamente justificado nesses pressupostos, que demonstram características evolutivas de benefício próprio ou do grupo.

Em conclusão, são expostas as justificativas deste tipo de pesquisa, que envolve a discussão filosófica junto com a psicologia e neurociência, para ressaltar a necessidade de que a filosofia moral e prática precisa. Obviamente, esta não é uma pesquisa no sentido prescritivo, mas sim descritivo. Ela se propõe a expor novas metodologias de pesquisa para essa área da filosofia, ressaltando o caráter interdisciplinar que a filosofia sempre teve.

2 METODOLOGIA

Greene parte do pressuposto naturalista, sistema filosófico que ganhou relevância no final do século XIX, depois da publicação do livro *A Origem das Espécies de Charles Darwin* (1809-1882), em 1859. Esse sistema é movido pela a ideia de que nada existe além da natureza³. Essa premissa parte da percepção de que toda argumentação precisa demonstrar em dados efetivos e naturais, que os animais tiveram um longo processo na história de adaptação e evolução na natureza e isso inclui o homem como integrante desse sistema natural. Nesse sentido, Greene especificamente compreende um naturalismo moral, que visa descrever particularmente o comportamento moral, que nada mais é do que fenômenos naturais de acordo com a fisiologia e natureza evolutiva humana (IGANSI, 2014, p. 132).

Dentro desta perspectiva, é necessário observar todas as miríades de de manifestações vida cognoscente humana, seja a mente como projeção construída pelas necessidades biológicas. De certa maneira, “se enxergarmos a consciência pela composição conjunta entre razão e emoção, corpo e mente, pela ótica da evolução, isso ajudaria a naturalizar a mente e mostraria que ela é o resultado de um aumento progressivo

³ Cf. Greene (2018, p. 192). O naturalismo aqui se entende pela impossibilidade de existir “entes” além do mundo natural e material. Dessa maneira, o homem é parte de um processo biológico evolutivo que impera sobre a mente, vontades e volições da vida natural biológica. Ele procura entender como esses aspectos mais básicos influenciam nossa compreensão e tomada de decisões morais, enquanto também leva em conta outros fatores, como cultura, experiência pessoal e raciocínio consciente. É nesse sentido, que não se deve reduzir à moral somente por processos biológicos e neurais. Greene, entende que apenas inferir verdade moral pela função evolutiva é falacioso. No comentário de Igansi (2014), Não é porque nossos genes regem a sociedade e determina, que devemos aprovar ou desaprovar determinados juízos morais. Haja vista que as normas e regras são estabelecidas de humanos para humanos, sendo crucial entender nosso comportamento enquanto frutos da seleção natural, passíveis de todo erro. Sendo assim, impõe-se a observação descritiva do comportamento como condição para uma compreensão mais precisa das complexas dinâmicas que estruturam a vida moral.

da complexidade biológica” (DAMÁSIO, 2011, p. 43).

Joshua Greene (2018) parte desse pressuposto evolutivo para conceber sua perspectiva acerca da moralidade, da normatividade e dos processos cognitivos de tomadas de decisões morais aplicando, suas pesquisas no campo da cognição moral, métodos da psicologia experimental e da neurociência cognitiva para iluminar a estrutura do pensamento moral (GREENE, 2018, p. 15).

Muitas pesquisas filosóficas de consideração moral utilizam métodos de pesquisa científica neste campo as quais resultaram em novas demandas para as questões morais, sendo esses novos aparatos os de tecnologias de neuroimagem, como EEG (eletroencefalograma), a MRI (magnetic resonance imaging), a fMRI (Functional magnetic resonance imaging), o PET (positron emission tomography), o SPECT (single photon emission computed tomography) e as técnicas imunocitoquímicas, cuja função é averiguar as linguagens químicas dos circuitos neuronais (ALMADA, 2010, p. 204).

3 SOBRE A ORIGEM DA MORALIDADE A PARTIR DE UMA ABORDAGEM NEUROFILOSÓFICA

A moral sempre foi entendida como conjunto de comportamentos adequados a ser exercidos na vida social. Assim, a filosofia sempre buscou estabelecer as normas morais mais apropriadas para vida em sociedade. Porém, a tradição na filosofia conhecida como racionalista, fortemente acreditou que a razão poderia postular princípios éticos e morais por meio do uso lógico e racional, sendo capaz de estabelecer fundamentos estáveis, essenciais e livres de parcialidades para a vida em sociedade. Os conceitos morais de “deveres” eram discutidos e estabelecidos por uma longa análise racional e especulativa que visava determinar propriedades em sentido universalista. Sendo assim, a razão era utilizada como um instrumento seguro para encontrar esses aspectos essenciais e afirmar seguramente esses princípios. É nesse sentido que a moral, compreendida como comportamento, passava pela inspeção racional a fim de estabelecer princípios éticos e morais capazes de serem universalizados pela suposição de serem princípios morais absolutos, obtidos através da razão.

Para Joshua Greene (2018), a moral é um fator que pode ser relacionado à seleção natural no sentido evolutivo e, a razão ou mente é vista como um produto dessa evolução, impossibilitando a ideia de que ela seria capaz de alcançar princípios éticos e morais universais seguros somente pelo uso intelectual lógico racional. Haja vista que a razão

nessa perspectiva visa achar meios de se manter e se preservar por ser um produto da evolução que maximiza a obtenção de recursos⁴. E isso implica que em toda tentativa de estipular um pressuposto moral, não teria segurança, dado que em sentido evolutivo a razão estaria direcionada por interesses particulares e biológicos. Por exemplo, a razão poderia constituir formas bem organizadas de preservação, mas sempre com intenções práticas, o que vai de contra com a imparcialidade que deve existir em pressupostos morais universalistas.

Greene menciona que a moral na perspectiva evolutiva darwiniana, pode soar como um contrassenso, pois Darwin acreditava que o indivíduo mais capaz de se adaptar ao ambiente, consegue se preservar mais tempo, então a partir disso seria inconsistente conceber a moralidade assimilada como parte de um processo evolutivo, haja vista que a premissa base da evolução era a de que a seleção natural promovia o interesse individual (GREENE, 2018, p. 33). Entretanto, Greene demonstra que esse problema é solucionado de certa maneira se olharmos a moralidade e a cooperação mútua em prol da preservação dos genes.

Por exemplo, Robert Sapolsky destaca três pilares fundamentais para entender a evolução do comportamento: a seleção individual, a seleção de parentesco e o altruísmo recíproco (SAPOLSKI, 2021, p. 553). Esses pilares possuem um único propósito de promover a conservação genética e a passagem do gene.

É nesse sentido que “possuímos cérebros cooperativos porque a cooperação fornece benefícios materiais, recursos biológicos que permitem que nossos genes façam mais cópias de si” (GREENE, 2018, p. 74). Nesta perspectiva, entender o gene como agente causador da cooperação como o início da moralidade faz mais sentido porque expõe os mecanismos evolutivos nos humanos sobre cooperação e comportamento moral. Entretanto, essa cooperação se restringe a uma seleção de parentesco devido à proximidade genética que indivíduos compartilham.

Portanto, Greene afirma que a moralidade evoluiu somente para cooperação seletiva que beneficia iguais do mesmo grupo e renega os indivíduos externos ao grupo. A moralidade evoluiu para facilitar a cooperação, mas essa tendência tem uma limitação significativa. Os humanos foram biologicamente adaptados para cooperar, principalmente dentro de certos grupos e, possivelmente, apenas em relações pessoais. O comportamento

⁴ Damásio (2015), afirma que organismos biológicos são capazes de produzir mentes. Essas mentes são formadas por aspectos bioquímicos decorrentes de processos evolutivos que permitem um melhor aproveitamento de inúmeros aspectos da vida humana ou animal.

moral se desenvolveu para promover a cooperação dentro desses grupos específicos, não necessariamente entre diferentes grupos. Isso se baseia na compreensão de que a moralidade não evoluiu para favorecer a cooperação universal devido aos princípios subjacentes à seleção natural (GREENE, 2018, p. 33).

Greene afirma que a moralidade é um aspecto biológico da vida humana que evoluiu para manutenção da vida em certos grupos. Haja vista que a cooperação promove o bem-estar coletivo e seguro para que os mesmos do grupo social se preservem. Dentro do argumento, o filósofo explica que essa cooperação seletiva no interior de alguns grupos sociais produz a identificação grupal e rejeição dos outros de fora do círculo social; desenvolvendo o que ele denomina *A Tragédia da Moralidade do Senso Comum*, como o autor descreve situando um ensaio clássico do ecologista Garret Hardin (1915-2003) intitulado *Tragédia dos Comuns*. Neste ensaio mencionado por Greene, a problemática em questão é a da cooperação. A moralidade contribui para a conservação no interior de grupos específicos e não com o todo. Nessa ideia, Greene argumenta que a moralidade se desenvolve para fins de cooperação, suprimindo os impulsos egoístas do indivíduo (Eu) em prol do coletivo (Nós). Contudo, essa característica biológica não evoluiu para lidar com a coletividade no nível mais amplo (Nós) e (Eles).

Segundo Greene, existem duas tragédias morais que ameaçam o bem-estar humano. A primeira é a tragédia dos comuns, onde o egoísmo prevalece sobre o interesse coletivo. A moralidade surge como uma resposta natural a esse problema. No entanto, na segunda surge uma nova tragédia, a da moralidade do senso comum, onde a moralidade, embora parte da solução, também é parte do problema. Aqui, o pensamento moral que promove a cooperação dentro dos grupos, paradoxalmente, mina a cooperação entre eles. Cada grupo tem seus próprios ideais morais, o que os une internamente, mas os divide em relação aos outros grupos. Isso não é surpreendente, dado que a moralidade não evoluiu para promover a cooperação universal, mas sim como um mecanismo de competição interno ao grupo. Em resumo, a moralidade evoluiu para evitar a tragédia dos comuns, mas não a tragédia da moralidade do senso comum (GREENE, 2018, p. 33). Nesta alegação, o filósofo aborda o caráter benéfico da cooperação, porém somente na internalidade de certos grupos e também ressalta que, apesar da moralidade, ser o recurso chave para o problema da cooperação, ela é também um causador do problema quando na modernidade a complexidade de concepções morais adentram o campo abstrato e se diversifica variando entre os grupos culturais e sociais. Essa compreensão reside na concepção de que nosso cérebro moral se desenvolveu apenas para resolver o problema

da cooperação do “Eu versus Nós”, e jamais do “Nós versus Eles”.

Steven Pinker (1997) que também parte das mesmas prerrogativas da evolução biológica, menciona que os aspectos biológicos, evolutivos e basilares ainda imperam em nossas escolhas. Pinker descreve que não perdemos nossos instintos evolutivos por vivermos em sociedades mais complexas. Para o psicólogo, a humanidade passou longos milhares de anos em uma forma de vida, para em curto espaço de tempo mudar drasticamente sua complexidade e seu modo de vida (PINKER, 1997, p. 53). Sendo assim, nossos comportamentos mais ascendentes continuam na gênese de nossos comportamentos mais complexos da modernidade e contemporaneidade⁵. Isso mostra que a moralidade surgiu, primeiramente, como uma solução para desafios da cooperação humana nas primeiras sociedades.

4 O FUNDAMENTO EMOCIONAL DAS INTUIÇÕES MORAIS E NORMATIVAS

As emoções são a essência do que nos torna humanos, e isso inclui como enxergamos o certo e o errado. Muitas vezes achamos que nossas escolhas morais vêm da razão, mas a neurociência tem mostrado que elas nascem, na maioria, das emoções que nos atravessam. Nosso cérebro com suas conexões entre o instinto e a reflexão, transforma o sentimento em valores. No fim, talvez a moralidade seja menos regras frias e mais sobre o que nos toca e nos faz sentir vivos.

O neurocientista Joseph Ledoux enfatiza que as emoções e sentimentos têm autonomia em promover comportamentos. De certa maneira, as emoções apresentam a essência de quem somos, ao que representa, elas também têm seus próprios objetivos, que são frequentemente colocados em prática sem nossa percepção intencional e consciente (LEDOUX, 1996, p. 19). Do mesmo modo, António Damásio, também salienta as características das emoções em produzir reações e comportamentos. Exemplificando, o argumento é que as “emoções são conjuntos complexos de reações químicas e neurais,

⁵ Sobre isso, um comentário de Damásio é válido ser ressaltado aqui. No processo histórico evolutivo, os impulsos emocionais instintivos que permitem os indivíduos a promoverem ações de preservação da vida, produzem os primeiros graus da consciência. Sendo assim, o cérebro no decorrer do desenvolvimento, provido de capacidades cognitivas que iam se complexificando, conseguiu refinar novas formas de organização social para preservação da vida. “A consciência surgiu devido ao valor biológico, como auxiliar para que ele fosse administrado com mais eficácia” (DAMÁSIO, 2015, p. 45). É neste sentido, que o comportamento humano permanece em origem com as predisposições naturais da vida, porém de maneira mais complexas: como mecanismos de organização social e ideais morais.

formando um padrão; todas as emoções têm algum tipo de papel regulador a desempenhar” (DAMÁSIO, 2015, p. 79).

Similarmente para Greene, as reações bioquímicas desencadeiam uma emoção que causa um comportamento necessário. Esse comportamento necessário é uma resposta para as adversidades externas que o cérebro percebe através de mecanismos sensoriais e assimila para oferecer uma melhor solução àquela determinada situação, visando preservar o indivíduo. O cérebro consegue fazer uma maximização das melhores possibilidades a serem escolhidas. Em suma, as emoções, para Greene, “são processos automáticos e mecanismos para adquirir eficiência comportamental, em resumo, elas são processos automáticos que nos dizem o que fazer” (GREENE, 2018, p. 142). Essa compreensão serve de base para sua Teoria “Dual Process” do cérebro moral, expõe duas formas de operação em que o cérebro opera em tomadas de decisões morais. Greene, para fazer alusão a essa operação da qual o cérebro age, utiliza a representação de uma câmera fotográfica com dois modos: sendo o primeiro modo “automático” que corresponderia a uma tomada de decisão mais rápida, intuitiva, eficiente (benefício imediato e movido por questões emotivas) e inflexível, já o segundo modo “manual” seria mais flexível, ineficiente e lento (benefício posterior e relacionado à cognição).

Sobre isso, estudos com imagens do cérebro expõem os mecanismos pelas quais áreas do cérebro se comportam. Por exemplo, a área do Córtex Pré - Frontal (CPF) é a responsável pelas nossas faculdades cognitivas⁶. Basicamente, essa parte “(...) ordena pensamentos e ações de acordo com objetivos internos; envolvida em funções executivas como planejamentos, tomada de decisão.” (RODRIGUES, 2022, p. 04). Entretanto, duas áreas exclusivamente exercem maior participação nas tomadas de decisões, especificamente o Córtex Pré-Frontal Ventromedial (CPFVM) e o Córtex Pré - Frontal Dorsolateral (CPF DL). Essas partes integram o córtex pré-frontal que resumidamente ordenam nossas tomadas de decisões⁷. O CPFVM se ocupa com a regulação das emoções

⁶ Acredita-se que o CPF exerça uma função específica no controle cognitivo, consistindo na manutenção ativa de padrões de atividades representando metas e os meios para alcançá-las. Esses padrões oferecem orientações para a atividade neural, influenciando não apenas processos visuais, mas também outras modalidades sensoriais, bem como sistemas envolvidos na execução de respostas, recuperação de memória, avaliação emocional, entre outros. Em conjunto, essas orientações direcionam o fluxo da atividade neural para estados internos e saídas necessárias para realizar uma determinada tarefa, especialmente em situações de ambiguidade de estímulos ou quando várias respostas são possíveis e competem entre si. Nessa ótica, a interação do CPF resolve a competição, direciona a atividade ao longo dos caminhos apropriados e estabelece os mapeamentos necessários para a execução da tarefa (MILLER, 2001, p. 173).

⁷ Aqui o comentário se atém somente a processos cognitivos cerebrais no que concerne às tomadas de decisões morais demonstrado em alguns textos de neurocientistas mencionados neste trabalho. Essas áreas

em contextos sociais, permitindo que as emoções ajudem nas tomadas de decisões (modo automático). Porém, CPFDL é o responsável pela coordenação geral dos processos cognitivos, como planejamento, flexibilidade cognitiva, especializada em resolução de problemas (modo manual) (RODRIGUES, 2022, p. 06).

Koenigs (2007) realizou uma pesquisa que descobriu que indivíduos com lesões no Córtex Pré - Frontal Ventromedial (CPFVM) emitiam tomadas de decisões mais “pragmáticas e utilitaristas”. Isso demonstra que a lesão inibia a intuição emotiva nos julgamentos morais, deliberando julgamento mais “racionais”.

Segundo Koenigs, muitos processos psicológicos e neurobiológicos têm sido o foco de estudos empíricos recentes. É extremamente importante saber se as emoções executam um papel causal nos julgamentos morais e, em paralelo, como as regiões do cérebro referentes à emoção contribuem para o julgamento moral. Na pesquisa, foi observado que pacientes com danos no Córtex Pré-Frontal Ventromedial (CPFVM), uma área do cérebro necessária para geração normal de emoções e, em particular, para as emoções sociais, causam um padrão anormal “utilitário” de tomadas de decisões em dilemas morais. Entretanto, o julgamento dos afetados foi normal em outras classes de dilemas morais. Estas descobertas apontam que, para um seletivo número de dilemas morais, os afetados são críticos para julgamentos normais de certo ou errado. Isso implica que as emoções têm um papel na formação dessas tomadas de decisões morais (KOENIGS et al, 2007, p. 01).

Essa tomada de decisão, descrita na pesquisa de Koenigs, demonstra a inibição da base emotiva nas tomadas de decisões morais devido à lesão no CPFVM, bloqueando a emoção, produzindo um juízo “utilitário” e “racional”. Sendo assim, indivíduos com lesão no CPFVM acabam favorecendo o bem-estar agregado em detrimento do bem-estar de menor número de indivíduos” (ALMADA, 2010, p. 209). Isso acontece porque a lesão no CPFVM faz com que CPFDL impere nas tomadas de decisões, de maneira mais analítica, sem a influência natural do CPFVM.

Para analisar a atividade do CPF, Joshua Greene (2018) realizou experimentos

possuem uma responsabilidade maior sobre essas articulações de julgamentos morais e posteriormente na justificação de normas. Segundo Miller, alguns resultados de pesquisas em neuroimagem e dados já estabelecidos na neurociência, é possível indicar que a atividade neural do CPF corresponde às regras e mapeamentos essenciais para realizar uma determinada tarefa, e não somente a impulsos únicos ou ações futuras. Ele sugere que essa atividade no CPF influencia a competição em outras partes do cérebro responsáveis pela execução efetiva da tarefa, estabelecendo esses mapeamentos. Além disso, indica que esses sinais orientam a atividade ao longo das vias que conectam atenção, recordações e tomadas de decisões, favorecendo entradas sensoriais relevantes para a tarefa (2001, p. 178).

observando as tomadas de decisões com neuroimagens de indivíduos expostos na situação hipotética conhecida como, trolley problem⁸ de dilemas morais. Em duas situações: no primeiro caso existe um trem que irá se chocar com cinco ferroviários, contudo um agente pode, com um interruptor, mudar o curso do trem para atingir somente 1 ferroviário. Dessa situação, Greene observou que as tomadas de decisões geralmente foram utilitárias, por se tratar de uma ação supostamente impessoal. Entretanto, outra situação hipotética do mesmo dilema foi criada por Greene. Nessa nova situação, o agente estaria em cima de uma ponte como um ferroviário com um alto grau de massa corpórea, de modo que, se fosse empurrado no trilho, conseguiria salvar os cinco ferroviários. Existe uma certa implicação emotiva que difere na tomada de decisão entre a ação direta e a indireta, as “respostas a cenários morais, os julgamentos intuitivos que eles oferecem quando são o agente difere dos julgamentos intuitivos que fazem quando são observadores” (TOBIA, 2013, p. 631).

Greene observou que, nessa situação direta, em que o agente empurra um homem corpulento, a recusa em tomar uma decisão utilitária foi maior, mesmo que isso pudesse salvar cinco pessoas. Empurrar o homem da passarela pode ser justificado a partir do julgamento utilitarista, já que maximiza benefícios, mas essa ideia costuma provocar uma forte reação emocional negativa, levando à grande maioria a rejeitar essa ação (GREENE, 2018, p. 127).

Vimos o papel central das emoções em nossas intuições morais, o que demonstra a anterioridade emocional como precursora do comportamento humano. Dessa forma, Greene afirma que essa emotividade em nossas tomadas de decisões produz o que ele chama de tribalismo. Os humanos possuem a capacidade de discernir entre o "Nós" e o "Eles", tendendo a favorecer o primeiro sobre o segundo. Cada indivíduo é central em seu próprio grupo dentro de um círculo comunitário, moral e compartilhado com os mesmos membros do grupo. Ao redor desse círculo encontram-se parentes próximos e amigos, enquanto do outro lado estão os estranhos, que nos relacionamos através de possíveis associações em grupos de diversos tipos e tamanhos: desde a família, clã e tribos até

⁸ Cf. Thomson, (1984). Este problema ético-hipotético foi apresentado primariamente pela filósofa britânica Philippa Foot. O Trolley Problem é um dilema ético envolvendo uma situação hipotética em que um indivíduo deve escolher entre deixar um trem matar cinco pessoas ou desviá-lo para matar apenas uma. O problema examina os princípios morais que devem guiar a tomada de decisão nesses cenários, como o que diferencia a ação de matar alguém (como desviar o trem para atingir uma pessoa) da inação de deixar alguém morrer (como não desviar o trem). O problema do bonde traz significativos insights sobre a natureza de nossos julgamentos morais e o conflito de princípios entre perspectivas consequencialistas e deontológicas

grupos étnicos; desde a vizinhança, cidade e estado até o país, religião e afiliações políticas, incluindo escolas, classe social, preferências esportivas e outros interesses em comum (TELES, 2020, p. 27). Essa predisposição é denominada por Greene como tribalismo ou altruísmo paroquial. Segundo Bernhard (2006, p. 912), esse fenômeno pode ser compensado como uma preferência por favorecer os membros de um grupo.

Greene menciona que o tribalismo foi há pouco tempo ligado a sistemas neurais específicos. A título de exemplo, o filósofo diz que o neurotransmissor que está envolvido no cuidado materno em diversas espécies mamíferas e, nos seres humanos, denominado de oxitocina, está relacionado ao aumento de confiança e empatia. “Ocorre que a oxitocina, às vezes descrita como hormônio do aconchego, é mais discriminatória do que se pensava (GREENE, 2018, p. 63). Muitos estudos demonstram os efeitos discriminatórios da oxitocina nos circuitos neurais. Por exemplo, a suposição sobre a atividade da oxitocina afirma que esse hormônio intensifica as experiências sociais, tanto positiva como negativa. Também funciona como um programa de alerta contra possíveis ameaças em círculos sociais. Além disso, a oxitocina pode aumentar a importância de sinais ambientais relevantes, mesmo em contextos não sociais, e assim promover comportamentos defensivos, o que pode incluir discriminação em consonância a certos estímulos percebidos como ameaçadores ou adversos (OLIVEIRA PASILIO; DABROWSKA, 2020, p. 01).

Além da abordagem de Greene, Robert Sapolsky (2021) também investiga o papel da oxitocina na diferenciação entre grupos. Segundo o autor, a oxitocina não apenas estimula a confiança e a generosidade dentro do grupo, mas também contribui para a demarcação entre “Nós” e “Eles”. As emoções estão na base de nossos julgamentos morais e constituição de normas morais. Sabemos que temos maior predisposição em beneficiar indivíduos que estejam em uma escala de parentesco próximo (Nós) do que indivíduos distantes (Eles) (SAPOLSKI, 2021, p. 587).

Com base em toda essa explanação, o corpo humano está intrincado e organizado pelas leis do evolucionismo, do qual o comportamento humano foi moldado sobre essas leis de conservação e sobrevivência. Obviamente, isso não é determinante para pensarmos que estamos presos a esses impulsos organizacionais da vida. Esses estudos nas chamadas ciências do cérebro dão certa capacidade de análise e crítica sobre o comportamento moral do qual é possível compreender miríades de fatores que estavam ocultos antigamente e agora podem ser analisados. O argumento central, embora sujeito a ressalvas, é que possui nossos comportamentos estão de certa maneira guiados por nossas definições básicas da

vida, que não foram superados do comportamento evolutivo, apesar da complexidade da vida moderna. Em consequência, o comportamento moral se produz exaustivamente em teorias e discussões sobre direitos e deveres. Para Greene, muitos dos conceitos e normas morais estão ligados a essas definições basilares, contudo, mais disfarçados com complexas organizações lógico conceituais que só se permitem esse acontecimento dentro do espectro da linguagem. Veremos abaixo a linguagem e a relação com a moral.

5 MORAL, ÉTICA E AUTOINTERESSE

Os conceitos de certo e errado não são verdades universais, mas sim construções que surgiram para atender às necessidades humanas. Desde os primeiros grupos sociais, a moralidade evoluiu como uma ferramenta para garantir a sobrevivência e a harmonia entre as pessoas. O que chamamos de “bem” e “mal” não passa de convenções moldadas pela cultura e, sobretudo pelos impulsos biológicos que levam a buscar segurança, pertencimento e vantagem dentro da coletividade.

A linguagem por sua vez, não apenas expressa essas normas, mas também as fortalece, dando a elas a aparência de algo fixo e incontestável. No entanto, quando olhamos mais de perto, percebemos que as palavras que usamos para definir a moralidade não são reflexos de verdade absoluta, mas sim metáforas e interpretações que mudam conforme os interesses e necessidades da sociedade. Assim, o que entendemos como verdade moral nada mais é do que construção que nos ajuda a viver em grupo, mas que, no fundo, carrega consigo traços das nossas limitações biológicas e emocionais.

Importante mencionar que Joshua Greene comenta sobre estudos feitos pelo psicólogo social Jonathan Haidt que diz que existe uma “racionalização” das nossas ações. Comumente justificamos nossos atos e o cérebro age em prol de achar uma possível “racionalização” e justificativa. Por exemplo, Greene relata que pacientes neurológicos com problemas em assimilar o próprio comportamento tendem a inventar histórias para racionalizar seus atos. Greene relata que pacientes com um tipo de amnésia chamada Korsakoff, “com frequência tentam cobrir seus déficits de memória com histórias elaboradas, tipicamente contadas com grande confiança e nenhuma consciência de estarem inventando coisas” (GREENE, 2018, p. 306).

Evidentemente, a ideia a ser transmitida é que existe na assunção de pressupostos morais uma vontade intencional. Isso evidencia que a formulação de juízos morais — inclusive os de caráter prescritivo, como os deveres —, ainda que possam aparentar certa

legitimidade, permanece condicionada por padrões normativos que regulam e classificam as ações dentro de categorias valorativas como “boa” ou “má”. Os padrões morais têm força normativa, ou seja, atuam como normas guiando ou governando nossas ações. Quando normas morais governam com sucesso nossas ações, elas o fazem por deixar traços psicológicos permanentes (WILLIGES, 2014, p. 01). Isso seria como estabelecer parâmetros e crenças morais que, de certa maneira, na prática, revelam-se ineficazes em sua importância material ou instrumental e mesmo assim esses comportamentos se mantêm por imprimir um teor valorativo em afirmações ético-normativas. Isso volta para o ponto que um “fator enorme na formação do conteúdo dos valores humanos tem sido as forças da seleção natural, de modo que nossos sistemas avaliativos estão completamente saturados de influência evolutiva” (STREET, 2006, p. 124).

Joshua Greene propõe, em sua Teoria “Dual Process” do cérebro moral, duas formas de operação nas tomadas de decisões morais, baseando-se na compreensão do Córtex Pré-Frontal, conforme já mencionado no texto. Ele compara essas operações a dois modos de uma câmera fotográfica: o modo “automático”, rápido e intuitivo, buscando benefício imediato; e o modo “manual”, mais lento e flexível, priorizando benefícios posteriores. As decisões automáticas refletem respostas intuitivas, rápidas e muitas vezes baseadas em emoções. Por outro lado, as decisões manuais são caracterizadas por um processo mais deliberado e racional, levando em consideração as consequências a longo prazo. Esses dois modos de operação representam uma dicotomia na forma como o cérebro processa e decide questões morais. Enquanto o modo automático prioriza a eficiência e o benefício imediato, o modo manual busca uma análise mais profunda e flexível, visando benefícios futuros e uma abordagem consequencialista.

Contudo, existe um problema pelo qual o filtro de nossos julgamentos manuais pode ser autointeressado e conter um certo pano de fundo que a base é uma intuição automática. A reflexão racional não implica uma separação completa da pessoa em relação ao seu fundo inicial de julgamentos avaliativos. Pelo contrário, esse fundo é utilizado no processo reflexivo: a pessoa raciocina a partir dele, mantendo alguns desses julgamentos para serem avaliados à luz de outros (STREET, 2006, p. 124). Isso recai no argumento da “racionalização” descrito no início deste tópico.

Sobre isto, Joshua Greene faz algumas reflexões sobre a natureza dos juízos deontológicos (Kant), da ética aristotélica (Aristóteles) e o consequencialismo (Bentham

e Mill)⁹. De acordo com Greene, tanto a deontologia quanto a ética das virtudes seriam racionalizações de intuições morais automáticas e autointeressadas. Particularmente, o uso do termo “deontológico” e “consequencialismo” para o Greene, não é consistente com o uso filosófico padrão. O uso do termo deontológico “é somente para caracterizar julgamentos que implicam direitos e deveres e são mais difíceis de se justificar em termos consequencialistas” (GREENE, 2014, p. 699). Por exemplo: matar uma pessoa para salvar cinco. Por outro lado, o termo “consequencialismo” concerne a julgamentos que visem um raciocínio imparcial de custo benefício e que são mais difíceis de justificar em termos deontológicos porque, entram em atrito com o senso de direitos e deveres e assim seguidamente (GREENE, 2014, p. 699) “Nossas configurações automáticas nos dão respostas morais emocionalmente convincentes e nosso modo manual começa a trabalhar para gerar justificativas plausíveis para essas respostas” (GREENE, 2018, p. 320).

Por isso, o filósofo faz críticas aos juízos deontológicos, que seriam em tese racionalizações de intuições morais automáticas, e a ética de Aristóteles equivalentes às nossas descrições de definições automáticas. Sobre isso, o filósofo argumenta que os direitos e deveres são uma tentativa do modo manual de transformar sentimentos (emoções) subjetivos em conceitos mais tangíveis e manipuláveis (GREENE, 2018, p. 308). Ele sugere que esse modo de processamento mental está principalmente voltado para lidar com elementos físicos no mundo, como ações, eventos e suas relações causais. Assim, a ontologia inerente ao modo manual é mesclada por “nomes” e “verbos” concretos. Greene questiona como o modo manual pode compreender os produtos das configurações automáticas, tais como sentimentos subjetivos que parecem irromper sem razão aparente contra ações que parecem lógicas. Ele responde essa questão sugerindo que tais sentimentos são representados como percepções de entidades externas. Tal como um sentimento vago de que algo não deve ser feito é concebido como percepção de um direito, uma entidade abstrata, mas considerada real, sujeita a diversas formas de interação e interpretação (GREENE, 2018, p. 311).

Não obstante, ao expor sobre juízos normativos, Greene argumenta que nossas

⁹ Greene apresenta três escolas principais do pensamento na filosofia moral ocidental: utilitarismo/consequencialismo de Bentham e Mill, deontologia de Immanuel Kant e as virtudes de Aristóteles. Estas três escolas de pensamento, essencialmente são a maneira do modo manual compreender as configurações automáticas. Podemos usar o pensamento de modo manual para descrever nossos comportamentos automáticos (por exemplo a ética aristotélica). Conseguimos justificar nossos comportamentos automáticos (com a filosofia kantiana deontológica). E transcender nossas configurações automáticas com julgamentos consequencialistas (com o utilitarismo/consequencialismo) (GREENE, 2018, p. 336).

“configurações automáticas emitem comandos morais, dizendo-nos que certas coisas não devem ser feitas e outras não devem ser feitas. Esses sentimentos correspondem mais ou menos perfeitamente aos conceitos de direitos e deveres” (GREENE, 2018, p. 323). No campo ético normativo, muitas prescrições sobre os direitos e deveres são encontradas, porém, Greene ressalta para o caráter artificial que as normas possuem. Ao mencionar que prescrições normativas advêm de intuições emotivas e automáticas, Greene evidencia a contradição presente nos pressupostos universalizantes sobre direitos e deveres. Desse modo, a constituição de direitos e deveres evidencia “nossos sentimentos subjetivos como percepções de fatos objetivos (...) nossos sentimentos subjetivos com frequência parecem percepções de coisas que estão ‘lá’ mesmo que não estejam”. (GREENE, 2018, p. 324). Dessa forma, a racionalização e justificativas deontológicas concebem propriedade ontológica desses argumentos, que em prática não possuem concretude¹⁰.

S. Churchland, afirma “Os humanos desenvolveram línguas altamente complexas e culturas ricas e, portanto, a nossa sociabilidade e sistemas de valores e a ética também ganhou complexidade como consequência.” (CHURCHLAND, 2012, p. 30). Em resumo, essa complexidade se dá somente ao nível de conceituações sógnicas na linguagem, que permitem que pressupostos éticos normativos pareçam fatos objetivos e reais necessários de postulações universais, transformando as nossas emoções morais, deixando-as cada vez mais complexificadas e as substantivadas como propriedades factuais. Pois, “a linguagem é um pré requisito para a existência de conceitos morais” (JOYCE, 2007, p. 46).

As justificativas sobre postulados normativos se encaixam em racionalizações de comportamentos, basilares da experiência humana. Dessa forma, a premissa de que princípios normativos possam ser universalizados é de certa maneira incongruente, por efetivamente não possuírem dimensão substantiva, sendo unicamente projeções interessadas. Mesmo que a normatividade nas sociedades transpasse o nível biológico, ela não se dissocia completamente (Sayer, 2019, p. 263).

Segundo Greene, o melhor modo para lidar com nossas divergências morais, seria optar por um julgamento consequencialistas. Pois Greene ressalta que nossos problemas

¹⁰ Pesquisas que mapeiam o cérebro em tomadas de decisões morais, demonstram como decisões deontológicas estão relacionadas positivamente com preocupação empática, mas não com a cognição entendida aqui como um juízo mais flexibilizado e consequencialista. Inversamente, a tomada de decisão consequencialista apresentou uma clareza positiva marginalmente significativa com a precisão de cognição, longe de preocupação empática. Dessa forma, a precisão de cognição está ligada estreitamente com as inclinações consequencialistas e as deontológicas estão para aspectos emotivos (CONWAY, 2013, p. 223).

morais em sua maioria são tomados por ideias religiosas e justificações básicas de nossos comportamentos, sendo assim optar por julgamentos consequencialistas/utilitaristas seria um modo mais prático de fornecer métodos para uma nova filosofia prática.

De certo modo, é necessário que “para empregar um conceito normativo, não basta simplesmente justificar o comportamento de acordo com determinado padrão” (JOYCE, 2007, p. 46). É necessário almejar uma sólida base para constituir uma prescrição normativa que vise estabelecer uma análise profunda de problemas morais.

Assim, Greene enfatiza o utilitarismo/consequencialismo como o modelo mais adequado para superar os inúmeros problemas morais e éticos, recorrendo a um princípio básico. O filósofo argumenta que a genialidade do utilitarismo reside em sua habilidade de estabelecer uma moeda comum baseada na experiência, um conceito metamoral¹¹. Greene observa que todos se importam com a experiência, tanto a própria quanto a dos outros, e que todos desejam ser felizes e evitar o sofrimento. Ele sugere que essa preocupação com felicidade e a infelicidade está na raiz de quase tudo que valorizamos, embora isso exija reflexão para ser percebido. A proposta é que podemos transformar esse valor pessoal em um moral ao adotar a imparcialidade, incorporando a essência da regra de ouro, que preconiza que a felicidade e o sofrimento de cada pessoa devem ser considerados importantes. Além disso, o filósofo pressupõe que possamos transformar esses valores morais em um sistema moral ao utilizar a capacidade do córtex pré-frontal humano para otimizar os resultados. Esses processos, segundo Greene, resultam em filosofia moral que, embora possa não ser favorita de ninguém, é compreendida por todos e serve como uma segunda linguagem moral comum a quaisquer grupos sociais. Embora existam diferentes instituições e configurações morais que causam conflitos, podemos usar o raciocínio para alcançar acordos, mesmo com diferenças irreconciliáveis em nossos sentimentos morais. Em suma, esse é o cerne da teoria moral de Joshua Greene, denominada de pragmatismo profundo: encontrar um terreno comum onde ele realmente está, e não onde pensamos que deveria estar (GREENE, 2018, p. 299).

Considerando a argumentação de Corrêa 2019, que propõe uma distinção entre o que ele denomina de Teorias Morais Cardinais (consequencialismo) que, em suma, se baseia em um processo mais amplo de avaliações de situações e possibilidades e Teorias

¹¹ Greene, ao defender o utilitarismo como teoria moral mais adequada, estabelece uma moeda comum que seria os princípios básicos universais de felicidade. Deste modo, seria correto promover uma filosofia independente de princípios morais divergentes que atentassem para o valor em comum da felicidade, este seria a metamoralidade (GREENE, 2018, p. 211).

Morais Ordinais (deontologia): que se baseia em um julgamento ordenados em sequência. Nesse panorama, teorias morais ordinais transmitem poucas informações e são menos analisadas. Enquanto Teorias Morais Cardinais fornecem mais informações e oferecem uma maior gama comparativa de preferências. Dessa forma, a melhor atitude em uma tomada de decisão moral reside em comparar Teorias Morais Cardinais inter-relacionadas, possuindo um melhor aparato avaliativo (CORRÊA, 2019, p. 39). Em síntese, o objetivo da proposta que Greene estabelece, merece uma análise mais depurada e foi aqui considerado neste trabalho somente expor o plano de soluções descritivas para uma filosofia prática, estabelecida em parâmetros mais seguros em teorias morais contemporâneas¹².

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho é analisar como a evolução biológica e os processos neurocognitivos influenciaram a construção das percepções morais e da normatividade social. Para fazer isso, recorreremos a novos entendimentos trazidos pela ciência cognitiva, pela neurociência, pela neurofilosofia e pela chamada ética empírica que desafiam os pressupostos filosóficos morais e normativos tradicionais. Esta pesquisa não apenas amplia nossos horizontes de consciência, mas também fortalece a interdisciplinaridade entre diferentes campos do conhecimento. Como enfatiza Edelman (2006, p. 10), essa conexão entre descrição objetiva e questões normativas pode fornecer uma visão mais clara dos fundamentos da ética e da estética. Este trabalho limita-se, portanto, a descobrir estas novas abordagens e as formas como os filósofos e neurocientistas (por exemplo, Greene) compreendem a moralidade e as normas neste contexto. A relação entre a consciência, as funções morais do cérebro e a normatividade abre espaço para novas perspectivas na filosofia prática. Como argumentado, muitos pressupostos normativos e morais têm apenas valor simbólico egoísta, derivado das nossas tendências biopsicológicas e afetivas, o que compromete a neutralidade da sua justificação. Afinal, como aponta Camargo (2019, p. 24), “não há como neutralizar as emoções com base no pensamento racional, uma vez que o nosso estado fisiológico é a base de qualquer

¹² Para Greene não se pode derivar um conceito moral de “dever” a partir da afirmação de um argumento que é científico. No entanto, a argumentação é que essas novas ciências do cérebro são de suma importância para a ética. Em síntese, essa conjunção entre esses campos de pesquisas pode ser benéfica em um sentido” normativo interessante” (GREENE, 2014, p. 711).

percepção ou pensamento”. A proposta central aqui defendida, portanto, é que a moralidade e a normatividade devem ser compreendidas principalmente em termos das suas origens afetivas e neurobiológicas, o que mina a viabilidade de visões universalizantes e essencialistas. Propomos, portanto, uma mudança no uso das teorias morais que priorize suas funções descritivas em vez de prescritivas. Do ponto de vista metodológico, isto significa substituir o essencialismo normativo por uma abordagem instrumental, em que os critérios de adequação são definidos pragmaticamente, como sugere Abrantes (1994, p. 173).

Dado que estas descobertas neurocientíficas põem em causa algumas noções tradicionais de normas, é necessário refletir sobre as implicações desta nova perspectiva. Se a moralidade está profundamente enraizada nos nossos processos biológicos e emocionais, até que ponto ainda faz sentido procurar justificações normativas baseadas apenas na razão? Além disso, como podemos equilibrar estes novos entendimentos com a necessidade de construir uma sociedade com princípios morais partilhados? Dado o impacto das descobertas neurocientíficas sobre a moralidade, é pertinente questionar até que ponto essa abordagem nos permite uma compreensão mais concreta da normatividade, ou se apenas desloca o problema para um novo contexto de análises.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Paulo Cesar Coelho. **Introdução ao Livro Epistemologia e Cognição**. Ed. Universidade de Brasília, 1994, p. 226.

ALMADA, Leonardo Ferreira. A Neurociência Afetiva como Orientação Filosófica: Por uma Ressignificação Neurofilosófica do Papel das Emoções na Estruturação do Comportamento. **Educação e Filosofia**. Uberlândia, v. 25, n. 49, p. 201-226, 2011.

_____. Percursos Neurobiológicos do Processo de Decision-Making: O Papel das Emoções no Comportamento Humano. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 199-214, 2010.

BARROS, Roberto de Almeida Pereira. Normatividade semântica e naturalismo: uma consideração das dimensões semântica e interpretativa de perspectivas normativas. **Ethic@ - An International Journal for Moral Philosophy**, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 408–431, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/77421>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BERNHARD, Helen; FISCHBACHER, Urs; FEHR, Ernst. Parochial altruism in humans. **Nature**, v. 442, n. 7105, p. 912–915, 2006.

CAMARGO, Marcos H. Neurociências: a filosofia e o novo status do inconsciente. **Art&Sensorium**, Paraná, v. 6, n. 2, p. 017–029, 2019. Disponível em: <https://revistas.unespar.edu.br/index.php/sensorium/article/view/3749>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CHURCHLAND, Patricia. **El cerebro moral**: lo que la neurociencia nos cuenta sobre la moralidad. Barcelona: Editorial Paidós Ibérica, 2012.

CONWAY, Paul; GAWRONSKI, Bertram. Deontological and utilitarian inclinations in moral decision making: a process dissociation approach. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 104, n. 2, p. 216–235, 2013.

CORRÊA, Nicholas Kluge. Incerteza moral e metanormatividade. **Clareira – Revista de Filosofia da Região Amazônica**, v. 6, n. 1-2, p. 163–178, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/clareira/article/view/6862>. Acesso em: 10 abr. 2025.

DAMÁSIO, António R. **E o cérebro criou o homem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **O mistério da consciência**: do corpo e das emoções ao conhecimento de si. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

EDELMAN, Gerald M. **Second nature**: brain science and human knowledge. New Haven: Yale University Press, 2006.

GREENE, Joshua D. Beyond point-and-shoot morality: why cognitive (neuro)science matters for ethics. **Ethics**, v. 124, n. 4, p. 695–726, 2014.

_____. **Tribos morais: a tragédia da moralidade do senso comum**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

IGANSI, L. N. Naturalismo, ação e normatividade. **Controvérsia (UNISINOS)** - ISSN 1808-5253, São Leopoldo, v. 10, n. 3, p. 131–142, 2015. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/controversia/article/view/10303>. Acesso em: 10 abr. 2025.

JOYCE, Richard. **The evolution of morality**. Cambridge: MIT Press, 2007.

KOENIGS, Michael et al. Damage to the prefrontal cortex increases utilitarian moral judgements. **Nature**, v. 446, n. 7138, p. 908–911, 2007.

LEDOUX, Joseph. **The emotional brain: the mysterious underpinnings of emotional life**. New York: Simon & Schuster, 1996.

MILLER, Earl K.; COHEN, Jonathan D. An integrative theory of prefrontal cortex function. **Annual Review of Neuroscience**, v. 24, n. 1, p. 167–202, 2001.

OLIVERA-PASILIO, Valentina; DABROWSKA, Joanna. Oxytocin Promotes Accurate Fear Discrimination and Adaptive Defensive Behaviors. **Frontiers in Neuroscience**, v. 14, p. 583878, 2020.

PINKER, Steven. **Como a mente funciona**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, Fabiano de Abreu Agrela. Córtex pré-frontal: a inteligência orquestra a vida e determina o comportamento e personalidade. **Ciência Latina – Revista Científica Multidisciplinar**, v. 6, n. 3, p. 4526–4534, 2022. Disponível em: <https://cientificarevista.com/index.php/ciencialatina/article/view/2946>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SAPOLSKY, Robert M. **Comporte-se: a biologia humana em nosso melhor e pior**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SAYER, Andrew. Normativity and naturalism as if nature mattered. **Journal of Critical Realism**, v. 18, n. 3, p. 258–273, 2019.

SINGER, Peter. Ethics and intuitions. **The Journal of Ethics**, v. 9, p. 331–352, 2005.

STREET, Sharon. A Darwinian dilemma for realist theories of value. **Philosophical Studies**, v. 127, p. 109–166, 2006.

TELES, Johnny Clayton Cardoso. **A anterioridade dos processos emocionais na estruturação do juízo moral**. 2020. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

THOMSON, Judith Jarvis. The trolley problem. **Yale Law Journal**, v. 94, p. 1395–

1415, 1984.

TOBIA, Kevin; BUCKWALTER, Wesley; STICH, Stephen. Moral intuitions: are philosophers experts?. **Philosophical Psychology**, v. 26, n. 5, p. 629–638, 2013.

WILLIGES, Flavio. Psicologia moral. In: TORRES, João Carlos Brum (org.). **Manual de ética**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 174–200.